

Doença crônica do Congresso

Nacional

Que o País precisa passar por transformações que exigem mudanças na Constituição — principalmente para a modernização urgente de nossa economia — ninguém discorda. Todos cobram do governo medidas que levem a esse objetivo e, independentemente do mérito do conjunto de propostas de emendas constitucionais enviadas do Planalto ao Congresso, o Executivo assumiu a iniciativa. Mas e o Congresso? Depois de praticamente um mês na gaveta, o Emendão começará sua morosa tramitação, cheia de obstáculos.

Com exceção do parecer do deputado Ney Lopes (PFL-RN), sobre a admissibilidade da emenda que trata da modernização da economia, todos os relatórios sobre as emendas a serem discutidas pela Comissão de Constituição e Justiça deixaram de ser apresentados no prazo. Faltando apenas um mês e meio para o início do recesso

parlamentar, tudo indica que o Emendão não poderá ser votado este ano.

Não foi sem razão que o deputado Ney Lopes desabafou: "O Emendão é importante para o futuro do País. Será que ninguém entende que qualquer protelação atingirá a imagem do Poder Legislativo?" Certamente atingirá.

Quando forem formadas as comissões encarregadas de examinar o mérito das propostas — o que é previsto para a semana que entra —, será exíguo o tempo para deliberar sobre a matéria na Câmara e depois no Senado. Mais uma vez, então, sucederá o que tem sido frequente com propostas e projetos de grande interesse para o País: ou os projetos de emenda constitucional serão tratados de afogadilho, agendados em eventuais "esforços concentrados" — como os que costumam ocorrer todo fim de ano — ou simplesmente serão adiados, ficando na melhor das hipóteses para os primeiros meses do ano que vem.

Fastidioso seria repetir que o Congresso Nacional não tem assumido as responsabilidades de Poder de Estado e o grande poder de influência na administração que lhe foi conferido pela Constituição vigente. Deixou de regulamentar tempestivamente inúmeros dispositivos da Constituição, aceitou por inércia grande parte das medidas provisórias impostas pelo Planalto e agora retarda a apreciação das propostas de emendas constitucionais do Executivo. É este mesmo Congresso em que elevado número de componentes — senão já efetiva maioria — deseja a mudança do regime de governo para o parlamentarismo.

É o caso de perguntar se este Congresso tem condições de comandar diretamente a administração e os destinos do País, considerando-se que, por sobre quaisquer vícios, ele padece de crônica indisposição para o trabalho.